

**FACULDADES INTEGRADAS DE FERNANDÓPOLIS - FIFE
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FERNANDÓPOLIS - FEF
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSO EM HISTÓRIA: CULTURA
POLÍTICA, EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS.**

PAULO CESAR MIORIN DE OLIVEIRA

FICÇÃO, HISTÓRIA E POLITICA EM ESAÚ E JACÓ.

FERNANDÓPOLIS

2019

PAULO CESAR MIORIN DE OLIVEIRA

FICÇÃO, HISTÓRIA E POLITICA EM ESAÚ E JACÓ.

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de especialista em História, pelo Curso de pós-graduação lato senso em História: Cultura Política, Educação e Movimentos Sociais das Faculdades Integradas de Fernandópolis.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz da Silva

FERNANDÓPOLIS

2019

FICÇÃO, HISTÓRIA E POLITICA EM ESAÚ E JACÓ.

FICTION, HISTORY AND POLICY IN ESAÚ AND JACÓ.

Nome do aluno: Paulo Cesar Miorin de Oliveira.

Nome do orientador: Prof. Dr. André Luiz da Silva

Abstract: This paper is an interpretation of Esau and Jacob from the relations between the historical and fictional elements present in the novel. In his penultimate publication in 1904, Machado de Assis largely uses the period between the final years of the Monarchy, since its political crisis, the proclamation of the Republic and its early years to organize the story of the twins Peter and Paul. The particular interests of the central characters (as well as the supporting ones) and their rivalry will dialogue with the political period depicted, as will be shown. Also of interest is the study of how Machado's fiction dialogues intensively with current society with a critical voice.

Key words: Esau and Jacob. Story. Machado de Assis. Fiction.

1 INTRODUÇÃO

Poucos nomes na história tiveram a honra ou a infâmia de se tornarem sinônimos, talvez o exemplo mais popular e usado seja *Romeu e Julieta* (1591-1595) que se tornou sinônimo de um amor impossível; outro exemplo, remetendo a bíblia, o novo testamento, é o caso do nome *Judas* que repetidamente é usado com nomenclatura de traição, em geral de uma pessoa próxima ao triado.

Seguindo o paralelo bíblico temos um sinônimo muito interessante e específico utilizado, em geral, no caso de uma briga de irmãos; a ele nomeamos “Esaú e Jacó”. Esse é o título da penúltima obra de Joaquim Maria Machado de Assis, ou simplesmente Machado de Assis, publicado em 1904 pela Editora Garnier, poucos meses antes da morte de Carolina, sua esposa. Com certeza todas as obras machadianas abrangem períodos históricos de extrema relevância para o Brasil, cenários que definiram a sua formação e identidade até mesmo nos dias atuais, mas essa obra em particular é a mais vasta e significativa do ponto de vista historiográfico.

Marc Bloch em sua obra póstuma engenhosamente disse que “A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que constrói, tudo o que toca, pode e deve fornecer informa” (1949 pg. 55). Nesse sentido, a obra *Esaú e Jacó* é certamente enriquecida pois o romance está diretamente ligado ao contexto da época em que foi escrito, uma vez que Machado de Assis compreendeu o período pelo qual o Brasil passava e podemos dizer que foi um ator de relevância no seu tempo, entre o final do século XIX e o início do século XX, ao captar os sintomas de um sistema de governo recém-instalado que causaria mudanças na sociedade e reverberaram em todas as classes sociais, políticas e religiosas da época. Para explicar essa situação a obra de Sidney Chalhoud intitulada *Machado de Assis Historiador* é essencial, tanto quanto o livro de José Murilo de Carvalho *Os bestializados*; mostrando os significados de várias obras de Machado entrelaçado com o contexto histórico de sua época.

É válido notar que o paralelo entre história e literatura é tanto quanto brilhante e tende a passar despercebido. A base de sua essência, ou construção, é

que possibilita organizar a realidade através da escrita, sempre de forma subjetiva em relação aos pontos de vista do historiador e do escritor, que acabam por produzir várias formas de discurso em relação a um fato social. Dessa forma, literatura e história estão intrinsecamente ligadas pela palavra e pelo o que o texto invoca, quase sempre nas entrelinhas, que serve muito bem a uma e à outra na tentativa de explicar o presente em vez de tentar modificar o passado (ESTEVEVES, 1998, p. 127).

Reivindica seu espaço então o romance histórico, o qual desde sua formulação por György Lukács, na década de 1930, tem as características de um reflexo desse híbrido que une ficção e história. De acordo com Lukács (2011, p. 33), em seu célebre trabalho *O romance histórico (1936-1937)*, o surgimento desse gênero data do início do século XIX, na Inglaterra, com a publicação de *Waverley* em 1814, por Walter Scott. Existem centenas de títulos que nos dão um panorama histórico com um viés literário, a título de exemplo temos Nicolai Gogol com *Taras Bulba* (1835-1842) focada na história ucraniana e logo mais com ênfase na história russa, temos também Liev Tolstói com *Guerra e Paz* (1865-1869) com o intuito de narrar a Rússia czarista e a época de Napoleão Bonaparte, posterior a ele temos Victor Hugo com *Os Miseráveis* (1862) que cita desde a batalha de *Waterloo* até os motins de junho de 1832. Lukács identificou na efervescência das revoluções sociais que marcaram o período na Europa, um fator favorável aos escritores no que diz respeito à matéria a ser narrada, sobretudo em relação às Revoluções Francesa e Industrial, que modificaram o modo de vida da burguesia e também a forma de representação social através de sua epopeia, o romance.

Trazendo essa interpretação para o contexto nacional temos um contexto de lei do ventre livre (1871), proclamação da república (1889) e o governo de Floriano Peixoto (1891-1894); isso citando somente três das várias cenas vividas pelos personagens centrais, Paulo e Pedro, com ligações históricas as quais analisaremos. Ainda poderíamos referenciar sobre os últimos dias da monarquia no Brasil, da abolição da escravidão, e outros. Assim sendo, Machado de Assis, entrelaça a história com a ficção e confunde, também em sua figura, as facetas de historiador e de ficcionista e é, reconhecidamente, aquele onde a matéria histórica está mais presente, resultado de um trabalho de quem foi testemunha ocular da história de seu tempo.

OS NASCIMENTOS E A LEI DE 1871

As condições as quais os gêmeos são concebidos por Natividade, sua mãe, são sem dúvidas únicas no contexto histórico. Pedro e Paulo nasceram no dia 7 de abril de 1870, que por si só já é uma data especial. Existe também outra personagem de vital importância cujo o nascimento tem significado; Flora nasce no ano de 1871. Mas antes de entender mais amplamente esses cenários, é necessário que se diga o que houve antes do parto.

Como descrito logo no capítulo I (“*Coisas Futuras*”), sua mãe, em uma conversa com uma figura religiosa, uma adivinha chamada Barbara, disse que sua gestação não foi particularmente fácil, conforme lemos:

Natividade, que não tivera a gestação sossegada, respondeu que efetivamente sentira movimentos extraordinários, repetidos, e dores, e insônias... Mas então que era? Brigariam por quê? A cabocla não respondeu. (ASSIS, 2012, pg 29)

Aí é então que surge o primeiro paralelo bíblico de Machado de Assis, logo também o histórico. O primeiro remete ao nome do livro, Esaú e Jacó. Nos textos religiosos a história dos dois irmãos que desde a gestação brigavam no útero materno. Essa rivalidade que foi se agravando com o tempo até culminar em Jacó, com a ajuda de sua mãe, Rebeca, enganar o irmão Esaú, que cede o direito à primogenitura em troca de um prato de lentilhas. Desse desentendimento, descenderão as doze tribos de Israel, originadas de cada um dos doze filhos de Jacó, o patriarca. Machado faz inúmeras referências às Escrituras Sagradas em seus livros, mas esse episódio em especial se torna o estopim ao qual ele formula sua história.

Tenhamos em mente, primeiro, o contexto de 1870. Quando os irmãos são perguntados sobre seu nascimento, os dois irmãos que até então tinham uma semelhança física alarmante se provam serem seus próprios nêmesis em sentido ideológico. A resposta é encontrada no capítulo XXIII (*Quando tiverem barbas*):

[...] Paulo respondeu:
— Nasci no aniversário do dia em que Pedro I caiu do trono.

E Pedro:

— Nasci no aniversário do dia em que Sua Majestade subiu ao trono.

As respostas foram simultâneas [...] A mãe explicou:

— Nasceram no dia 7 de abril de 1870

Pedro repetiu vagarosamente:

— Nasci no dia em que Sua Majestade subiu ao trono.

E Paulo, em seguida:

— Nasci no dia em que Pedro I caiu do trono. (ASSIS, 2003, pg.76)

Embora esse curto diálogo mostre muito da personalidade dos dois. Pedro será um monarquista, Paulo irá abraçar a causa republicana; os dois defenderam seus pontos com afinco, algo que analisaremos a frente, mas por hora queremos nos concentrar no que as palavras acima significavam. Falemos primeiro de Dom Pedro I.

O aniversário em que os gêmeos se referem nos remete a data de 7 de abril de 1831. Em anos posteriores Pedro I era o monarca regente no Brasil, porém isso não era uma tarefa simples. Sejamos justos, ele teve sim um bom começo, ficando ao lado dos brasileiros na independência em 7 de setembro de 1822. Porém seu reinado teve muitos infortúnios. O primeiro motivo para isso era que seu governo não se restringia somente ao Brasil, já que após a morte do seu pai ele também foi feito monarca de Portugal, abdicando em favor de sua filha mais velha, Maria II. Esse foi o começo de uma série de problemas, citando apenas alguns temos a perda da região da Cisplatina, que se tornou independente e deu origem ao Uruguai, no espectro familiar Maria sofreu um golpe de Miguel – irmão mais novo de Pedro. Sua reputação não ia bem, pois seus casos extraconjugais criaram uma enorme mancha na sua imagem. Por último temos uma discussão política onde o tema era se o governo deveria ser escolhido pelo Imperador ou pela legislatura. Tanta foram as pressões que ele, Pedro I, abdicou seu trono em favor a seu filho, Pedro II (SCHWARCZ, 2015, pg. 240)

Interessante notar que a monarquia ainda estaria presente no Brasil por vários anos, mas quando Paulo se referia a essa data, ele só enxergava o fato de que o monarca havia perdido seu poder, pensava que então a republica poderia dar seus primeiros passos já que o antigo sistema mostrava suas rachaduras, suas falhas. Já Pedro via o mesmo incidente como um ato de resiliência por parte da

monarquia brasileira, uma prova clara de que o governo continuaria mesmo apesar de todas as possíveis pedras em seu caminho.

Impossível falar do ano de 1970 sem mencionar o fim da Guerra do Paraguai. Esse extenso conflito exauriu muitos brasileiros, até mesmo diz que “o governo brasileiro voltou-se de tal maneira para ele, que pouco capital e pouco tempo sobraram para as reformas internas. Os gastos com a guerra foram enormes” (SCHWARCZ, 2015, pg. 291). Temos então um país que sofria a cerca de cinco anos com a carência do seu próprio governo, Ele que não se limitava a utilizar somente os recursos financeiros, mas consumia seus próprios filhos. Esses que eram consumidos pela face mais sangrenta da guerra.

Passando agora ao contexto histórico o ano de 1871 é especialmente importante para Joaquim Maria e para o Brasil como um todo. Sidney Chalhoud nos diz que “o Brasil tornara-se o último baluarte da escravidão no mundo ocidental”. As pressões vinham de todo os lugares e forçavam o Brasil a abolir o antigo sistema escravagista, no exterior ela era representada principalmente pela Inglaterra, com fortes interesses comerciais no país.

Internamente o Brasil também tinha seus inimigos, representados pelos abolicionistas, os republicanos e o próprio exército. A monarquia tentava agradar tanto a gregos, como a troianos. Ela não tinha a mínima intenção de libertar pessoas escravizadas, pois existia toda uma elite produtora que dependia desse trabalho, além de um comercio amplamente difundido na própria cultura nacional que consistia em uma forma de renda considerável, por outro lado tentava manter uma aparência que se assemelhasse com a invocada pelos países ao qual queria se aproximar comercialmente. “Eles evitariam a emancipação brusca e preveniriam “a desordem e infelicidade dos próprios libertos”, ao mesmo tempo em que abriam canais institucionais para “emancipações parciais e sucessivas, nunca em grandes massas”” (CHALHOUD, 2003, pg. 140-2). O resultado foi oficializado em 28 de setembro de 1871, depois de um extenso período postergado por causa da Guerra do Paraguai, como a “lei do Rio Branco” que ficou conhecida como “lei do ventre livre”.

Com certeza não foi tranquilamente que o decreto foi oficializado, muito pelo contrário, era unanime que a polarização nas discussões parlamentares chegava a níveis extremos; essas discussões acaloradas entre republicanos e liberais reflete diretamente na imagem de Paulo e Pedro. Esse ponto nos é especialmente

interessante, visto que ele reflete diretamente a gestação de Natividade. Podemos concluir com isso que os ditos ‘movimentos extraordinários, repetidos, e dores’ são descrições de Machado de como se dava a política no Brasil, nunca em concordância unanime, mas sim com desacordos, ou como ele nos diz, dores.

Machado entende que não eram simplesmente questões religiosas que norteavam o Brasil nessa época e nós não iremos cair no engodo de nos focar apenas nelas. Existiam questões religiosas e até mesmo éticas que pairavam os debates parlamentares e muitos políticos as utilizavam com o intuito de validar a abolição; essas afirmações são expressas no capítulo XIV (“*A lição do discípulo*”) em uma conversa, sem dúvida memorável, que Santos tem com o conselheiro Aires, onde podemos ver:

[...]Se fosse uma causa espiritual, por exemplo...

— Por exemplo?

— Por exemplo, se as duas crianças quisessem ajoelhar-se ao mesmo tempo para adorar o Criador. Aí está um caso de conflito, mas de conflito espiritual, cujos processos escapam à sagacidade humana. Também poderia ser um motivo temporal. Suponhamos a necessidade de se acotovelarem para ficar melhor acomodados; é uma hipótese que a ciência aceitaria; isto é, não sei (ASSIS, 2012, pg.60).

Aires afirma que a briga tem motivos nobres, até mesmo louváveis. Essas palavras penetram fundo em Santos, tirando todo o receio que poderia sentir. Novamente aqui vemos outro paralelo com o que ocorria no cenário político parlamentar.

É interessante notar que, de acordo com a ideologia religiosa vigente na época, todos nós somos criados a imagem de Deus, isso era um ponto em comum entre republicanos e monarquistas, porém o que divergia opiniões era o fato de se abolir o ser escravizado. Chalhoud afirma que ‘ninguém estava disposto a negar a humanidade do escravo’, iam ainda mais fundo e definiam que ‘a instituição da escravidão impedia a moral cristã de existir’. É afirmado também que o direito do proprietário de escravo, sendo originário de um ato de força, e não de direito natural, existia apenas por “razão política e de ordem pública” (CHALHOUD, 2003, pg.168), ordem essa que iria contra os princípios naturais, por extensão divina. Assim como Santos se sentia confortável vendo que toda a inquietação dos gêmeos girava em torno de um bem religioso, uma devoção a Deus, assim também era visto por uma parcela a aprovação da lei de setembro de 71, pois a então ética cristã poderia ser

plena, sem a exclusão do então indivíduo escravizado. As palavras de José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, aqui são de vital importância, pois ele defendia que a lei previa tirar o escravo da condição de coisa e “dar-lhe a qualidade de pessoa”.¹ O governo ainda estava dividido entre os interesses que iriam trazer prosperidade econômica a uma parcela e a então “boa moral”, mas Machado consegue, com maestria, capturar o ponto de vista religioso daqueles a favor da lei e faz questão de invocar de forma subjetiva nesse trecho.

Deve também ser digno de nota que a lei deu sim um passo importante e até então inédito na concepção ideológica da escravidão. Sim, ela não resolvia os principais problemas como proibir o tráfico internacional ou impedir os maus tratos físicos, muitos desses que poderiam levar a morte. Esses eram problemas periféricos se comparados com o principal: ela não estabelecia um prazo para o fim da escravidão. Fica claro aqui que a lei do Rio Branco queria silenciar as discussões, não as resolvê-las. Porém nem tudo era simples banalidade burocrática, existia um ponto ideológico interessante que era afirmado; como, em tese, o filho de uma mulher escravizada teria sua liberdade concedida se consolidou a ideia formalmente de uma existência de família de pessoas escravizadas. Até mesmo a questão dos direitos humanos foi levada em consideração e discutida em nível político nacional.

Para que a lei funcionasse foi necessário que se organizasse listas com a matrícula de todos os escravos que existiam no Império. A base da lei dependia da obtenção desses dados, porém é compreensível citar que era uma tarefa dantesca, levando em conta que deveria ser feito em todo o país e em um tempo ridiculamente curto. Chegavam informações vagas e imprecisas aos montes, o que dificultava se não impossibilitava o trabalho. Os problemas persistiam até 1876 onde foram feitos esforços para uma nova matrícula em vários municípios. Deve-se notar que esse pedido de novas listas foi originário pelo então Ministério da Agricultura, esse que na época era chefiado por Machado de Assis. Nesse momento ele deixa de se tornar um espectador para ter uma função ativa no próprio cenário político, trabalhando para que as pessoas escravizadas possam ser matriculadas e que a próxima geração seja de homens e mulheres livres.

¹ Sessão de 31 de julho de 1871, *Ibidem*, vol. 2, pp. 30-1.

A CONFEITARIA DO IMPÉRIO E A RIVALIDADE DE IRMÃOS

A primeira alusão à confeitaria é feita de modo singelo, na verdade é somente mencionada sua existência em uma conversa entre D. Rita e o conselheiro Aires onde ele diz que se lembra da “confeitaria e que há quarenta anos se estabeleceu” (p. 97). Como tantas outras, essas palavras tem um grande significado na obra machadiana.

Para entendermos porque essa confeitaria é importante devemos antes nos aprofundar nos gêmeos, Paulo e Pedro. Estamos às vésperas da proclamação da república pelo marechal Deodoro da Fonseca. Um evento de suma importância como esse não ocorre de uma hora para outra, nem tão pouco a personalidade de nossos protagonistas é formada assim. Queremos destacar aqui alguns incidentes que moldaram a personalidade dos nossos jovens. O primeiro se encontra no capítulo XXIV (“*Robespierre e Luís XVI*”)² onde os irmãos compram um quadro de sua preferência; Pedro, como monarquista, compra um de Luís XVI, já Paulo, republicano, compra um de Ropespierre.

Podemos observar que nem mesmo a compra dos ditos quadros se dá de modo pacífico, pois Pedro se exalta ao saber que o quadro do monarca tem um valor menor do que o de o líder revolucionário, até mesmo diz “Então o senhor vende mais barato um rei, e um rei mártir?” (p. 80). Tão logo se adquirir os quadros não foi de modo pacífico, muito menos seria a existência deles na casa. Poucas páginas a frente, no capítulo XXVI (“*A luta dos retratos*”) lemos:

Cada um dos pequenos pregou o seu à cabeceira da cama. Pouco durou esta situação, porque ambos faziam pirraças às pobres gravuras, que não tinham culpa de nada. Eram orelhas de burro, nomes feios, desenhos de animais, até que um dia Paulo rasgou a de Pedro, e Pedro a de Paulo. (ASSIS, 2012, pg. 84).

Os irmãos realmente não conseguiram viver em paz, suas ideologias eram fixas, imutáveis; a própria existência do outro feria sua moral. Esse é o reflexo dos partidos liberais e republicanos. Embora ambos demonstrassem espíritos de coexistência, como partidos políticos que se revezavam no poder, outrora um, tão

² Maximilien de Robespierre (1758-94) foi líder dos jacobinos e uma das principais figuras da Revolução Francesa, tendo participado ativamente do regime do Terror; foi deposto e executado em 1794. Luís XVI (1754-93) da dinastia Bourbon, foi rei da França, tendo governado de 1774 a 1792, quando a monarquia foi abolida; foi guilhotinado junto com a esposa, Maria Antonieta, em 1793.

logo outro. Dom Pedro II pratica uma política de alternância de partidos, na qual cedia o poder aos dois, como uma via para que ambos os lados não se exaltassem. Os conservadores atingiram o poder em 1836, governando de 1837 até 1840, um breve período dos liberais que permanecem até 41, então novamente os conservadores de 1841 a 1844, logo vencem os liberais reinam de 1844 até 1848, então novamente conservadores de 1848 a 1853. Ocorreu um breve momento de conciliação em 1853, misturando políticos de ambos os partidos que durou breves cinco anos e intervenção monárquica no jogo político.

Esse breve relato nos invoca episódios da política brasileira bem específica, como a troca de autoridade destacada acima. Natividade, que os apazigua, age como mediadora no conflito de ideais; temos um exemplo verossímil na política brasileira onde, vez por outra, era necessário que o próprio imperador interferisse. Também notamos que assim como os dois tinham a mesma aparência, os membros dos partidos tinham também as mesmas características. Partilhavam “a mesma origem social, a mesma formação educacional em Coimbra; carreira voltada para a medicina e em especial para o direito” (SCHWARCZ, 2015, pg. 280).

Essa descrição histórica se lida sem conhecimento prévio, em especial o final, caberia certamente aos dois irmãos. O episódio tem como objetivo não só descrever um conceito ideológico que seria formado mais a frente por duas crianças que, embora gêmeos idênticos se tornassem antagonistas, mas também fazer um paralelo histórico com a política de alternâncias de partidos.

Ainda outro evento deve ser narrado, pois é digno de atenção. Quando os jovens se encontram mais velhos, praticamente homens feitos, são convidados pelo conselheiro a um almoço em sua casa. As intenções de Aires eram as melhores, honrar a promessa feita a Natividade que tentasse criar alguma espécie de paz entre toda aquela cizânia.

O começo do evento se deve a um discurso escrito por Paulo, esse que foi até mesmo elogiado por seu irmão, conforme vemos no capítulo XLIII (“*O discurso*”) o qual Machado escreve que “Pedro lia trechos do discurso, acentuando as belezas, repetindo as frases mais novas, cantando as mais redondas, revolvendo-as na boca” (pg. 118). Essa frase é merecedora de atenção, pois embora o discurso deixasse claras as ideias de Paulo como republicano encantou ao irmão; Paulo foi até mesmo chamado de ‘liberal de 1848’, uma referência às revoltas que ocorreram pelas

províncias do país na década de 1840, marcando repúdio pela monarquia e em favor da república.

Talvez esse trecho mostre embora a ideologia dos irmãos fossem diferente, eles valorizavam a beleza com a qual um se empenhava em conseguir seus objetivos. Paulo e Pedro viviam e morreriam por objetivos diferentes, mas em todo o livro não existe um momento de concordância tão belo quanto esse em respeito as ideias rivais. Mas ele não durou. Logo no almoço com o conselheiro Aires, Paulo mostrou a ele seu artigo no capítulo XLIV (“O salmão”) e o leu em voz alta, a conclusão foi a seguinte:

[...] Quando Paulo acabou, Pedro disse em ar de mofa:

— Conheço tudo isso, são idéias paulistas.

— As tuas são idéias coloniais, replicou Paulo.

[...] Ao almoço, ainda se falou do artigo, Paulo com amor, Pedro com desdém, Aires sem uma nem outra coisa [...] na verdade, Paulo ainda se declarou capaz de derrubar a monarquia com dez homens, e Pedro de extirpar o gérmen republicano com um decreto. (ASSIS, 2012, pg. 122)

As mentes e convicções políticas nessa altura já se encontravam formadas e em rota de um confronto mais direto; não se trata mais de simples crianças ferindo o que o outro gostava, mas sim de homens que atacam ideologias.

Paulo com as ideias paulistas, já que o próprio se formaria como advogado na famosa Faculdade de Direito. São Paulo se tornou o principal centro de todo o ideário republicano; todo esse novo estigma se apossa da figura do nosso republicano, como uma ideologia em forma de vida. Pedro com as ideias monarquistas, um médico formado no Rio de Janeiro. A cidade foi o lar oficial de toda a família imperial já por muitos anos, desde a fuga da família até os dias em que os dois irmãos saboreiam seu salmão. O trecho final é singular, ambos vivem no mesmo período, claro, com diferenças ideológicas diferentes, mas afirmam que quem será derrubado é o outro, com extrema facilidade. OS irmãos se provam antagonistas em sua própria visão de poder, pois onde um vê um pilar forte, pronto a acabar com seu nêmesis, o outro vê a ruína de sua destruição, essa dualidade de visão reflete muito na visão dos próprios partidos sobre a existência inimiga e ainda sobre a monarquia.

O detalhe em especial aqui permanece no conselheiro, em todo o momento ele age como um mediador entre os nossos gêmeos, em momento exercendo o

papel de juiz, como seu título invoca, ele é um conselheiro. Esse papel tem força no capítulo XLIX (*"Tabuleta velha"*) onde Aires escuta Custódio sobre a reforma da tabuleta que se mostrava ser a fachada de sua confeitaria; outrora gasta se fez necessário uma reforma na então 'Confeitaria do Império'. Essa reforma caracterizaria a proclamação da república brasileira. Desde 1808 a corte imperial se encontrava no Brasil, mas mesmo a elite brasileira nunca se tornou de fato politizada, um fato que estava para mudar na manhã do dia 15 de novembro de 1889, podemos dizer que "de uma maneira ou de outra, para melhor ou pior, grande parte dos fluminenses foi pela primeira vez envolvida nos problemas da cidade e do país" (CARVALHO, 2019, pg. 16). Deixemos que o conselheiro Aires nos diga o que houve, já que foi um observador, mesmo que indireto do evento:

Ouviu umas palavras soltas, Deodoro, batalhões, campo, ministério, etc. Algumas, ditas em tom alto, vinham acaso para ele a ver se lhe espertavam a curiosidade, e se obtinham mais uma orelha às notícias [...] poucas palavras e sumidas, gente parada, caras espantadas, vultos que arrepiavam caminho, mas nenhuma notícia clara nem completa. Na Rua do Ouvidor, soube que os militares tinham feito uma revolução, ouviu descrições da marcha e das pessoas, e notícias desencontradas. (ASSIS, 2012, pg. 162-3).

A proclamação da república brasileira foi sem dúvida um caso à parte, senão única, no mundo. Citando um só exemplo, talvez o mais marcante de todos, a Revolução Francesa; podemos ver que "esse regime expressaria não apenas seus interesses de classe, mas também a vontade geral do "povo", que era por sua vez (uma significativa identificação) "a nação francesa"" (HOBSBAWM, 1998, pg. 77). Aqui vemos um povo com uma identidade nacional, envolvido na sua revolução. Esse quadro não se aplica ao Brasil. O fato é que "a proclamação da República foi o resultado de transformações que vinham ocorrendo no Brasil, como por exemplo, decadência das oligarquias que dependiam da terra para sobreviver, abolição da escravidão, e os processos de industrialização e urbanização" (COSTA, 2010, p. 453).

Não existiu uma participação popular naquela manhã, muito ao contrário disso, a então imagem que temos é uma exclusão social da camada da população fluminense. A primeira república brasileira foi fruto de um golpe liderado pelo

marechal Manuel Deodoro da Fonseca e um grupo de militares do exército brasileiro. O povo assistia a tudo com a aparência de bestializado e essa é a característica predominante em Custódio a qual vemos no capítulo LXIII (“*Tabuleta nova*”). O então confeitiro preocupado em ostentar sua placa ‘Confeitaria do Império’ temia que as vidraças de seu estabelecimento fossem depredadas, consulta Aires, esse o aconselha sobre possíveis novos nomes, ao qual lemos:

- Mas pode pôr "Confeitaria da República...
- Lembrou-me isso, em caminho, mas também me lembrou que, se daqui a um ou dois meses, houver nova reviravolta, fico no ponto em que estou hoje, e perco outra vez o dinheiro [...],
- "Confeitaria do Governo."
- Tanto serve para um regímen como para outro.
- Não digo que não, e, a não ser a despesa perdida... Há porém, uma razão contra. V. Ex^a sabe que nenhum governo deixa de ter oposição. As oposições, quando descerem à rua, podem implicar comigo, imaginar que as desafio, e quebrarem-me a tabuleta; entretanto, o que eu procuro é o respeito de todos [...] disse-lhe então que o melhor seria pagar a despesa feita e não pôr nada, a não ser que preferisse o seu próprio nome: "Confeitaria do Custódio". Muita gente certamente lhe não conhecia a casa por outra designação [...] talvez convenha esperar um ou dois dias, a ver em que param as modas, disse Custódio agradecendo. (ASSIS, 2012, pg. 167-171)

Aqui fica evidente que em momento algum a preocupação de Custódio, que assume o papel da população do Rio de Janeiro, é com o governo então vigente. Fica estabelecido logo nas primeiras linhas que a população nem mesmo tinha certeza se a república seria o governo vigente nos próximos dois meses. Isso deixa claro, a instabilidade política a qual a república se coloca de propósito devido a exclusão social, seja ela involuntária ou não. O quadro de 1893 de Benedito Calixto intitulado “Proclamação da República”, de modo voluntário ou não, retrata exatamente isso, uma ausência de pessoas e militares solitários, com pouquíssimas pessoas acompanhando, as quais também refletem uma imagem estática.

Também não existe um sentimento de se agarrar a uma ideia política, já que o intuito de Custódio é de respeitar a todos, sejam eles republicanos ou monarquistas. Diferente de Pedro e Paulo que tomam atitudes em defender suas convicções, ele permanece passivo, em nenhum momento pensando a nível de estado ou nação, seu foco é o bem-estar estrutural da sua confeitaria. Sua opção de se manter antipartidário reflete quando considera em manter o nome como Confeitaria do Custódio. A solução que ele mesmo encontra com o conselheiro Aires

é a de esperar ‘um ou dois dias, a ver em que param essas modas’. Realmente a figura de Custódio, representando uma grande parcela fluminense, não estava o mínimo atrelado aquele movimento. Podemos ver que “para a grande maioria dos fluminenses, o poder permanecia fora do alcance, do controle e mesmo da compreensão” (CARVALHO, 2019, pg. 152). Eram elementos não confiáveis, até mesmo alienígenas, as informações que provinham sobre o que tinha acontecido, já que nos capítulos anteriores ao diálogo entre o conselheiro e o confeitoiro, notícia sobre mortes, pessoas presas, entre elas figura-se o Imperador, e outras mais chegavam ao ouvido da população.³

A que se deve toda essa falta de envolvimento do povo para com os dramáticos acontecimentos que se desenrolavam? Uma explicação para toda a falta de comoção do então povo que fora convertido a público é que “era bestializado quem levasse a política a sério, era o que se prestasse a manipulação [...] quem assistia, como fazia o povo do Rio por ocasião das grandes transformações realizadas à sua revelia, estava longe de ser bestializado. Era bilontra” (CARVALHO, 2019, pg. 150).

Saindo do espectro do conselheiro, entramos agora sobre como Pedro e Paulo reagiram à gênese desse fenômeno. Primeiro vemos que a reação de Santos e Natividade foi a mesma de Custódio, pois lemos “não havia nada; tudo parecia estar como no dia anterior, as ruas sossegadas, as caras mudas. Não correria sangue, o comércio ia continuar”. O primeiro dia da nova republica era o mesmo do ultimo do império, não havia nada de novo, sem comemorações aparentes ou comoções, sem o fervor ou a esperança de um novo governo, características de uma revolução.

Nesse sentido, o novo regime era um golpe e não uma revolução. Pedro reflete bem o ponto dos pais quando pensa que no “demais, ele não cria nada mudado; a despeito de decretos e proclamações, Pedro imaginava que tudo podia ficar como dantes, alterado apenas o pessoal do governo” (pg. 175-6). Por mais que fosse custoso para o monarquista essa situação ainda achava que somente a aparência do governo é o que mudaria. Isso reflete a falta de fé mesmo nos derrotados sobre a vitória dos vencidos. Poderiam ter perdido a aparência, porém a essência ainda era a mesma.

³ O que não foi o caso, apenas o Barão de Ladário ficou ferido ao resistir a uma ordem de prisão, alvejado por um tiro.

Seu irmão, Paulo, se mostrava o contrário. Estava entusiasmado, convicto de que as revoluções que nortearam o futuro na Europa agora aconteciam aqui, não enxergava o começo como uma forma de defender interesses maiores, mas sim como glória e esplendor para o povo brasileiro. Isso fica refletido na noite da proclamação quando, com seus amigos, quis entoar *Marselhesa*⁴, mas todos se mostraram indispostos. Logo que esse frenesi passou e Paulo refletiu um pouco mais sobre a situação do novo governo, chegou a uma conclusão parecida com a de todos ao seu redor, a isso lemos:

— Como diabo é que eles fizeram isto, sem que ninguém desse pela coisa? refletia Paulo. Podia ter sido mais turbulento. Conspiração houve, decerto, mas uma barricada não faria mal. (ASSIS, 2012, pg. 179).

Esse pensamento pode ser destacado como descrevendo todo fim do antigo regime e começo do novo. O povo não havia se envolvido, até mesmo se dado conta, até mesmo Flora, que permanece passiva quase todo o livro afirma que “não havia governo definitivo [...] quando muito, ia haver um governo provisório” (pg. 182). Com certeza havia movimentos de revolta no Brasil imperial, a título de exemplo temos o Sul com a Revolução Farroupilha, a Sabinada, Balaiada e Revolução Praieira, mas nenhum movimento popular que retirasse a casa de Bragança do poder.

Esse contexto brasileiro fica claro quando sabemos que “ao longo de sua reprodução social, incansavelmente o Brasil põe e repõe ideias europeias, sempre em sentido impróprio” (SCHWARZ, 2017, pg. 29). Agora temos um círculo que se completa onde: a população não foi envolvida; burgueses e políticos do antigo império que sentiam que nada havia mudado; monarquistas que acreditavam a essência do governo continuaria a mesma; republicanos que notavam que a então revolução não teve o mesmo rosto que as europeias tiveram.

Assim sendo, dando atenção novamente o povo fluminense que não viam o porquê se envolver, como Custódio que não via o porquê adotar uma tabuleta que refletisse a ideologia desse ou daquele governo já que, seja monarquia, ou seja, então a recém-nascida república, eram quase que cômicos, não tinham qualquer relação com uma sociedade que já se encontrava abandonada politicamente. Era emburrecido aquele que daria atenção ao monarca ou a Deodoro, mas era esperto

⁴ Hino nacional da França. Foi composto pelo oficial Claude Joseph Rouget de Lisle em 1792.

aquele que, assim como o confeitiro, não se importava e estava disposto a esperar pelos próximos acontecimentos.

“SÃO OS MESMOS”

A republica havia sido instaurada, não de modo conturbado, mas pacifico, para não dizer singelo, já os primeiros dias do Marechal Deodoro se deram da mesma forma. Tão atribulados que Machado dedica o nome do capitulo LXXII de *O Regresso*. Nele podemos ler:

Quando o Marechal Deodoro dissolveu o congresso nacional, em 3 de novembro, Batista recordou o tempo dos manifestos liberais, e quis fazer um [...] Vinte dias depois, o Marechal Deodoro passava o governo às mãos do Marechal Floriano, o congresso era restabelecido e todos os decretos do dia 3 anulados (ASSIS, 2012, pg. 187-8).

O primeiro presidente do Brasil no novo regime fugia aos ideais europeus que Paulo tanto aspirava. Isso ficou evidente no dia 3 de novembro de 1891 quando decretou a dissolução do congresso, como se não bastasse instaurou uma forte censura que resultou em um Estado de Sítio. As atitudes do novo governo refletiam a tomada de poder em 1889, não se levava o povo em conta e comandava de forma autoritária. Interessante notar que esses oficiais estavam divididos internamente, e não conseguiam chegar a um acordo sobre o significado do republicanismo ou quanto aos objetivos institucionais do novo regime. (SCHWARCZ, 2015, pg. 302). Vimos que várias classes da população brasileira se encontravam inspirada pelo que vinha de fora, porém não exerciam seus papéis de maneira plena, mas sim os adulterando. Os militares não eram uma exceção.

O resultado disso, conforme escrito por Machado de Assis foi a abdicação do cargo por parte do Marechal ao seu vice e também Marechal, Floriano Peixoto no dia 23 de novembro do mesmo ano, vinte dias depois do infame decreto. Esse fato não se deu por uma simples crise de consciência, visto que ele enfrentava uma oposição cada vez mais descontente com a crise econômica instaurada, fraudes, inflação e temia uma provável guerra civil.

Até então citamos pouco ou nada Batista e D. Cláudia, os pais de Flora. Aqui eles terão nossa total atenção. Eles se mostram como o elemento satírico na narração machadiana, pois seu propósito é somente um: estar com quem está no poder. Apaixonados por essa sensação não se mostram fieis a nenhuma causa. No

regime monárquico era considerados “amigos” do imperador. Logo depois Batista, um então liberal, se diz conservador. No dialogo entre os dois no capítulo XLVII (“S. Mateus, IV, 1-10”) podemos notar:

- Qual moderação! Você é liberal.
- Eu liberal?
- Um liberalão, nunca foi outra coisa.
- Pense no que diz, Cláudia. Se alguém a ouvir é capaz de crer, e daí a Espalhar (ASSIS, 2012, p. 126).

Ainda mais para frente é concedida a Batista uma grande honra na época, a de se encontrar pessoalmente com o marechal Floriano Peixoto para explicar ao presidente suas atividades exercidas ainda no tempo da Monarquia e, conseqüentemente, assegurar um cargo no novo regime. Machado usa esse casal como metáfora para todos os políticos que antes se beneficiavam às custas da família Bragança como monarquistas e agora querem os mesmos benefícios como republicanos ao lado do Marechal de Ferro. Fica evidente aqui que a República havia se tornado, aos olhos de vários, um levante militar com apoio de alguns fazendeiros. Para os favoráveis ao Império, o novo regime começava com as benfeitorias conquistadas anteriormente.

Até esse ponto da narrativa os acontecimentos históricos não eram um plano de fundo, mas agiam quase que como protagonistas, interagindo com Pedro, Paulo e Aires, fluindo com a naturalidade de qualquer outro personagem. No governo de Floriano Peixoto (1891-1894), o primeiro ditador republicano, ela perde essa característica. Talvez isso dê as angustias enfrentada pelos nossos gêmeos com o adoecimento de Flora. Com certeza seu adoecimento é um ponto crucial do livro, pois claro que ambos divergiam em motivos ideológicos, mas também a moça norteava suas discussões, como fica evidente em toda a obra.

O Brasil vivia sua primeira ditadura e isso parecia estar longe do alcance dos irmãos, parecem ainda presos ao passado, como quando crianças com os quadros. Em uma discussão isso fica claro:

- O governo pode mudar cá embaixo e nas províncias...
- Que províncias, mamãe? atalhou Paulo.
- Natividade sorriu e emendou:
- Nos Estados. Vai desculpando os descuidos de tua mãe. Bem sei que são Estados; não são como as províncias antigas, não esperam que o presidente lhes vá aqui da Corte...

— Que Corte, baronesa?
Agora os dois riram, mãe e filho. (ASSIS, 2012, PG. 225)

O governo de Floriano Peixoto foi marcado por violência e intensa revoltas, a primeiro momento isso não parece incomodar os gêmeos, já que nem mesmo se torna assunto de conversa entre eles. O que é discutido ainda são conceitos de monarquia e república. Para entender porque isso muda é necessário que voltemos a falar de Flora.

A filha do casal Batista e D. Cláudia sempre ia de um irmão para o outro, isso também servia para a ideologia. Ouvia as opiniões e havia de concordar, hora com Paulo, hora com Pedro. Nesse sentido, ela e o conselheiro Aires, eram parecidos, ambos ouviam e davam razão a quem fazia a palestra, sempre evitando brigas. Antes de seu fim chegar, a relação entre Pedro e Paulo já se encontrava estremecida, pois “crescendo a oposição, recorriam ao silêncio. Evitavam-se; se podiam, não comiam juntos; se comiam juntos, diziam pouco ou nada” (pg. 244). Paulo triunfara sobre Pedro no sentido de que a república triunfara sobre a monarquia, mas isso não havia de modo algum unido os irmãos.

Esse silêncio, de irmão, continua e tem seu clímax pouco depois da morte de Flora. É interessante notar que acompanhamos a jornada dos dois irmãos; o futuro grande médico e o outro, advogado, batalhando desde pequenos nos seios maternos, como crianças que usavam de força física ou de estratégias de meninices para conquistar seus objetivos e, finalmente, como homens formados. Não houve em nenhum momento algo que sequer lembrasse um vínculo de união entre eles (houve a questão da admiração de Pedro por parte do discurso de Paulo, porém isso também levou a cizânia). Em pé, diante do túmulo de Flora, objeto de amor dos dois, acontece o seguinte diálogo:

— Ela nos separou, disse Pedro; agora, que desapareceu, que nos una.
Paulo confirmou de cabeça.
— Talvez, morresse para isso mesmo, acrescentou.
Depois, abraçaram-se. (ASSIS, 2012, pg. 257)

Não foi a existência de Flora que trouxe discórdia aos dois irmãos, como já foi declarado logo no começo, desde que estavam na barriga de Natividade se notara os desacordos em forma de chutes sentidos por ela.

Mas houve um momento de conciliação, esse foi até mesmo notado por sua mãe que zelava pela paz em sua família. A conclusão mais lógica que podemos

chegar é que essa paz reflete diretamente no novo espírito republicano que então norteava o Brasil. Esse espírito, que seja digno de nota, pairava entre os novos, alguns dos quais já velhos, que ingressavam na política com a criação de novos partidos, como o Partido Republicano Federal (1893), Partido Republicano Conservador (1910), Partido Republicano Liberal (1913), e o Partido Democrático Nacional (1927). Aqueles que viviam no antigo sistema logo se adaptaram ao novo, com um inédito contingente em suas fileiras (SCHWARCZ, 2015, pg. 346).

Essa harmonia durou pouco. O silêncio voltou a pairar e se agravou de forma alarmante. Antes os irmãos se provocavam; agora, com acontecimentos decisivos que sem dúvida seriam debatidos por dias ou mesmo semanas nem mesmo são mencionados.

No meio dos sucessos do tempo, entre os quais avultavam a rebelião da esquadra e os combates do Sul, a fuzilaria contra a cidade, os discursos inflamados, prisões, músicas e outros rumores, não lhes faltava campo em que divergissem (pg. 265). Eles divergiam, mas não se falavam não se respondiam e não se respeitavam mais. É interessante notar que ao invés das pretendidas formações, ambos seguiram carreiras políticas, até mesmo se tornando deputados. Quando mais longe chegavam, mais longe um permanecia do outro.

Embora Pedro agora fosse um instrumento republicano, parte de suas ideias ainda não haviam morrido com o antigo regime. Paulo também se encontrava desgostoso com a então forma que a sua tão almejada república era exercida, a isso lemos:

Pedro, aliás, não se dava todo, restringia alguma coisa às pessoas e ao sistema, mas aceitava o princípio, e bastava; o resto viria com a idade, dizia ela.

A oposição de Paulo não era ao princípio, mas à 'execução.' Não é esta a república dos meus sonhos dizia ele, e dispunha-se a reformá-la em três tempos, com a fina-flor das instituições humanas, não presentes nem passadas, mas futuras (ASSIS, 2012, pg. 266).

O modelo ditatorial de Floriano lembrava muito a monarquia, não em força de ação, mas em estrutura de poder; Paulo não via a liberdade que as populações europeias gozavam com suas respectivas revoluções, pelo contrário, via seu sistema republicano usurpado e denegrido. Esse misto de sensações fincou seu último

espinho na camaradagem de ambos; sua mãe desejava que ambos subissem de mãos dadas em sua nomeação, nem mesmo compartilhavam as mesmas escadas.

Tanta aflição fez com que o desejo póstumo de Natividade se moldasse e se transformasse em um pedido póstumo aos dois filhos. Em sua cama, se preparando para o fim, com Santos aos prantos longe dela, pediu aos seus dois filhos que fossem amigos. Com esforço e esmero conseguiu dizer aquelas palavras e fez os dois jurarem, cada um por si que seriam amigos. Depois de conseguida a tarefa dantesca, se entregou e morreu. Tamanha seria a tristeza de Natividade se soubesse que essa jura não foi cumprida. Até mesmo seus amigos na política perceberam que não se davam bem, ainda mais, se detestavam (pg. 277).

Mas a última afirmação de Aires no último diálogo do livro é propícia a explicar toda essa situação. Quando foi interrogado se os gêmeos haviam mudado, sua resposta foi direta:

- Mudar? Não mudaram nada; são os mesmos.
- Os mesmos?
- Sim, são os mesmos [...] Aires sabia que não era a herança, mas não quis repetir que eles eram os mesmos, desde o útero. (ASSIS, 2012, pg. 278).

Essa última afirmação nos é especialmente interessante, por todo esse estudo procurei destacar as simbologias de Pedro e Paulo aos republicanos e liberais, a todas as suas aspirações que proviam de fora e de dentro, mas justamente nessa frase conseguimos um quadro mais amplo. Tendo em mente que a nação brasileira nasceu fruto de violência e roubo é de se esperar que nos seus primórdios, ou no útero, não entrasse em acordo. O problema maior é que essas tendências foram levadas desde a meninice até aos passos adultos.

Por toda a história brasileira, mesmo aquela antes da república, o Brasil não se mostrou um país saudoso e com disposição a abraçar a todos, seja de diferentes etnias ou de diferentes ideologias. Somos um país com um histórico de estupros, linchamentos e ataques variados (KARNAL, 2017, pg.46).

Nesse contexto, fica claro que Paulo e Pedro podem fazer alusão a toda uma classe de pessoas, senhores e escravos, reis e súditos, políticos e cidadãos, que nasceram em divergência e permanecem nela; de forma alguma entram em acordo, de forma alguma têm um momento de paz, pois de digladiam antes mesmo de aprenderem a andar. Essas ideologias conflitantes moldaram o Brasil imperial e

são a base da compreensão da república instaurada em 1889, acima de tudo, a violência entre elas é a chave para a compreensão da história brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao decorrer de toda a consideração tentamos destacar as marcas histórias em *Esaú e Jacó* é de predominância singular, não sendo simplesmente o palco da história, mas um ator vivo, respirando juntamente com Pedro, Paulo, Aires e Flora; todas as revoltas socam, os movimentos políticos e personagens históricos estão ali, não estáticos, mas moldando a vida e a percepção de cada um dos envolvidos. As tentativas de abolição até finalmente a lei de 1888, a exclusão publica na proclamação de 1889 e tantos outros marcos que moldaram a personalidade do Brasil como um todo.

Muito do ponto central da história permanece na fala do personagem Aires ao dizer que “Nada se mudaria; o regímen, sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele” (pg. 172). A monarquia tinha hábitos já estabelecidos, políticos e sociais, com a chegada da republica era de se imaginar que isso mudaria, mas certos hábitos permaneceram, inclusive aqueles que buscavam ficar perto do poder, como o casal Batista e D. Cláudia. Sergio Buarque de Holanda vai ao cerne da questão quando diz “somos uns desgarrados em nossa terra”. Permanecemos como pessoas atônicas enquanto outros tomavam a iniciativa em momentos onde a população, mesmo que ainda não brasileira em toda a sua plenitude pois não havia ainda o conceito geral de sua própria nacionalidade, deveria ter tomado a dianteira, lutando gloriosamente pela sua tão almejada revolução.

Portanto não é de se espantar que Pedro e Paulo não conseguissem manter a tão sonhada paz de Natividade, mesmo tento jurado pela mesma em seu momento póstumo. Quando continuam em desavença, mesmo com todos os esforços humanos possíveis a obra ganha a sua todo o seu esplendor e significâncias.

De certa forma, a desavença dos deputados na Câmara impediria que eles cumprissem seu papel de defender os direitos do povo e, conseqüentemente, a situação não mudaria na prática, ainda que agora a roupa que estava em moda tivesse a marca da República. Nesse sentido o povo fluminense por consequência, o brasileiro em geral estaria condenado a uma vida sem participação politica e com participação social limitada; esse conceito se torna tão amplo e difundido que as próprias pessoas já não querem se impor em serem envolvidas na vida pública.

Portanto Machado de Assis conclui o romance de forma brilhante com o intuito de dizer que apesar das medidas tomadas em busca do progresso e de uma sociedade igualitária, seja em relação à abolição da escravidão seja na passagem do Império para a República, não houve resultados capazes de mudar a estrutura básica da sociedade, apenas uma troca de imagem e poder capaz de mudar a aparência externa sem deixar de ser a mesma em sua essência e com todos os seus problemas, reflexos de uma jogada bem executada para manter as coisas da mesma forma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, Machado de. **Esaú e Jacó**. 1. ed. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2012. 296 p. ISBN 978-8563560544.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História**: ou o ofício de historiador. Tradução: André Telles. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 240 p. ISBN 978-8571106093.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 192 p. ISBN 978-8535930870.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 9a. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 524 p. ISBN 978-8539300327.
- CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis Historiador**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 345 p. ISBN 978-8535904352.
- ESTEVES, Antônio Roberto. "O novo romance histórico brasileiro". In: ANTUNES, Letizia Zini (org.). **Estudos de literatura e linguística**. São Paulo: Arte & Ciência; Assis, SP: Curso de Pós-Graduação em Letras da FCL/UNESP, 1998.
- HOBBSAWN, Eric. **A Era das Revoluções**. Tradução: Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 368 p.
- LUKÁCS, György. **O romance histórico**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011. 438 p. ISBN: 978-8575591802.
- KARNAL, Leandro. **Todos Contra Todos**: O Ódio Nosso de Cada Dia. 1. ed. Rio de Janeiro: Leya, 2017. 197 p. ISBN 978-8544105320.
- SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: Uma Biografia**. 9. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 792 p. ISBN 978-8535925661.
- SCHWARZ, Roberto. **Ao Vencedor as Batatas**. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2012. 240 p. ISBN 978-8535925661.